rança pública de 3.ª classe ao sargento-mor de infantaria n.º 1800741, Domingos Afonso da Cunha, da Brigada Territorial n.º 2, da Guarda Nacional Republicana, nos termos do Decreto-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio.

3 de Julho de 2006. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florêncio*.

Despacho n.º 16 569/2006

Por despacho do Ministro de Estado e da Administração Interna de 27 de Junho de 2006, foi concedida a medalha de mérito de segurança pública de 4.ª classe ao cabo de infantaria n.º 1786383, Alexandre Maria Monteiro, da Brigada Fiscal, da Guarda Nacional Republicana, nos termos do Decreto-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio.

3 de Julho de 2006. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florêncio*.

Despacho n.º 16 570/2006

Por despacho do Ministro de Estado e da Administração Interna de 27 de Junho de 2006, foi concedida a medalha de mérito de segurança pública de 4.ª classe ao cabo-chefe de infantaria n.º 1816154, António José Ramalho Rodrigues, da Brigada Fiscal, da Guarda Nacional Republicana, nos termos do Decreto-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio.

3 de Julho de 2006. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florêncio*.

Despacho n.º 16 571/2006

Por despacho do Ministro de Estado e da Administração Interna de 27 de Junho de 2006, foi concedida a medalha de mérito de segurança pública de 4.ª classe ao cabo-chefe de infantaria n.º 1771144, Arménio Veiga de Oliveira, da Brigada Territorial n.º 5 da Guarda Nacional Republicana, nos termos do Decreto-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio.

3 de Julho de 2006. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florêncio*.

Despacho n.º 16 572/2006

Por despacho do Ministro de Estado e da Administração Interna de 27 de Junho de 2006, foi concedida a medalha de mérito de segurança pública de 4.ª classe ao cabo de infantaria n.º 1836586, Francisco António Madeira da Luz, da Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana, nos termos do Decreto-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio.

3 de Julho de 2006. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florêncio*.

Despacho n.º 16 573/2006

Por despacho do Ministro de Estado e da Administração Interna de 27 de Junho de 2006, foi concedida a medalha de mérito de segurança pública de 4.ª classe ao cabo-chefe de infantaria n.º 1786204, Alberto da Cunha Teixeira, da Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana, nos termos do Decreto-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio.

3 de Julho de 2006. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florêncio*.

Despacho n.º 16 574/2006

Por despacho do Ministro de Estado e da Administração Interna de 27 de Junho de 2006, foi concedida a medalha de mérito de segurança pública de 4.ª classe ao cabo de infantaria n.º 1796048, Gualdim Ferreira de Carvalho, da Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana, nos termos do Decreto-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio.

3 de Julho de 2006. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florêncio*.

Despacho n.º 16 575/2006

Por despacho do Ministro de Estado e da Administração Interna de 27 de Junho de 2006, foi concedida a medalha de mérito de segurança pública de 4.ª classe ao cabo-chefe de infantaria n.º 1826572, Hélder Martins Teixeira de Matos, da Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana, nos termos do Decreto-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio.

3 de Julho de 2006. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florêncio*.

Despacho n.º 16 576/2006

Por despacho do Ministro de Estado e da Administração Interna de 27 de Junho de 2006, foi concedida a medalha de mérito de segurança pública de 4.ª classe ao cabo-chefe de infantaria n.º 1826259, Joaquim António Lopes Caeiro, da Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana, nos termos do Decreto-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio.

3 de Julho de 2006. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florêncio*.

Despacho n.º 16 577/2006

Por despacho do Ministro de Estado e da Administração Interna de 27 de Junho de 2006, foi concedida a medalha de mérito de segurança pública de 4.ª classe ao cabo de infantaria n.º 1850299, Manuel Joaquim Metrogos de Matos, da Brigada Territorial n.º 3 da Guarda Nacional Republicana, nos termos do Decreto-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio.

3 de Julho de 2006. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florêncio*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho n.º 16 578/2006

I — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro, nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no despacho n.º 15 147/2006, do director regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 135, de 14 de Julho de 2006, sem prejuízo do direito de avocação ou de direcção, subdelego na chefe do Departamento Regional de Emissão de Documentos, especialista superior licenciada Verónica Maria Haran Nogueira, os poderes necessários à prática dos seguintes actos:

a) Coordenar a articulação do funcionamento do Núcleo Regional de Vistos e Autorizações de Residência e do Núcleo Regional de Atendimento e Informação ao Público, com excepção das matérias atinentes a pessoal;

b) Decidir sobre a concessão de autorização de residência com dispensa de visto, nos termos do artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 97/99, de 26 de Julho, e pelos Decretos-Leis n.ºs 4/2001, de 10 de Janeiro, e 34/2003, de 25 de Fevereiro, e no artigo 54.º do Decreto Regulamentar n.º 6/2004, de 26 de Abril, com excepção das situações previstas na alínea b) e na alínea g) do n.º 1 do referido artigo 87.º;

c) Decidir sobre a prorrogação de permanência, nos termos dos artigos 52.º, com excepção do previsto no n.º 3, e 53.º do Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 4/2001, de 10 de Janeiro, e 34/2003, de 25 de Fevereiro, e no capítulo III do Decreto Regulamentar n.º 6/2004, de 26 de Abril;

d) Assinar a correspondência e o expediente necessário à instrução dos processos que corram termos da Direcção Regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo, no âmbito das competências ora subdelegadas.

II — As decisões produtoras de efeitos externos proferidas a coberto das subdelegações que antecedem obrigam à apresentação mensal, no meu Gabinete, de relação das mesmas identificando o conteúdo e destinatários.

III — Ratifico todos os actos que até à data da publicação do presente despacho tenham sido praticados pela chefe do Departamento Regional de Emissão de Documentos e que se enquadrem nos poderes ora conferidos.

24 de Julho de 2006. — A Subdirectora Regional, *Maria Emília Ramos Lisboa*.

Despacho n.º 16 579/2006

I — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro, nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no despacho n.º 15 147/2006 do director regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 135, de 14 de Julho de 2006, sem prejuízo do direito de avocação ou de direcção, subdelego na chefe do Núcleo Regional de Atendimento e Informação ao Público, inspectora licenciada Maria de Lurdes Correia Rosa Calado, os poderes necessários à prática dos seguintes actos:

a) Coordenar a actuação e a gestão do Núcleo Regional de Atendimento e Informação ao Público, com excepção das matérias atinentes a pessoal;

b) Conceder autorizações de residência, nos termos previstos no artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto;

c) Decidir sobre a renovação de autorizações de residência, nos termos dos artigos 84.º e 91.º do Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto;

d) Decidir sobre a concessão de autorização de residência com dispensa de visto, nos termos do artigo 87.º, n.º 1, alíneas a), l) e m) do Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 97/99, de 26 de Julho, e pelos Decretos-Leis n.ºs 4/2001, de 10 de Janeiro, e 34/2003, de 25 de Fevereiro, e dos artigos 54.º e 70.º do Decreto Regulamentar n.º 6/2004, de 26 de Abril;